

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU
PROCESSO nº 07121/2018

AVISO

Encontra-se aberta, na Comissão Permanente de Licitação, situada à Av. Brasil, 2001/6º andar, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, tipo maior oferta, com a finalidade de selecionar propostas **para Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck**, situado na Galeria Azarias Vilela, a ser dada pela SAU - Secretaria de Atividades Urbanas, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá **no dia 31 (trinta e um) de outubro de 2018, às 9h (nove) horas**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados na CPL, em arquivo digital, mediante entrega de um pen-drive, de segunda a sexta-feira, no horário de 14:30 às 17:30 horas ou pelo endereço eletrônico <http://www.pjf.mg.gov.br/>. É necessário que, ao fazer download do Edital, seja informado à Comissão Permanente de Licitação, via e-mail – pregaopresencial@pjf.mg.gov.br - ou via fax – (32)3690-8184, a retirada do mesmo, para que possam ser comunicadas possíveis alterações que se fizerem necessárias. A CPL não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. **Quaisquer dúvidas contatar pelos telefones (32) 3690-8190 ou (32) 3690-8494.**

Juiz de Fora, 16 de outubro de 2018.

Comissão Permanente de Licitação

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU
PROCESSO nº 07121/2018

A **Comissão Permanente de Licitação**, com sede na Avenida Brasil, 2001, 6º andar, Juiz de Fora/MG, torna público que fará realizar licitação na modalidade de **Pregão Presencial**, do **tipo maior oferta**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 7.596/02, subsidiariamente a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, a Lei Complementar nº 123/2006, Lei nº 12.211/2011 e demais legislações aplicáveis. Os envelopes, contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital, deverão ser entregues à Comissão Permanente de Licitação, no endereço supra - citado, no dia e hora marcados, quando será realizada a sessão pública de abertura.

1. REFERÊNCIA

1.1. PROCESSO nº 07121/2018

2 - DO OBJETO

2.1. É objeto desta licitação a seleção de sociedade empresária especializada para **Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck**, situado na Galeria Azarias Vilela, a ser dada pela SAU - Secretaria de Atividades Urbanas, conforme especificações constantes do Anexo deste edital.

2.2. O Permissionário fica obrigado a construir às suas expensas, DECK no local destinado à colocação das mesas e cadeiras, devendo apresentar à SAU em no máximo 15 dias após publicação do resultado do certame, projeto detalhado inclusive com Memorial descritivo para tal construção, observando em tal projeto os itens construtivos conforme croqui constante do ANEXO A do presente Termo de Referência.

2.3. A construção do DECK deverá ser finalizada em no máximo 30 (trinta) dias após a aprovação pela SAU do projeto elaborado pelo Permissionário.

2.4. O DECK construído e tendo tido sua confecção aprovada pela SAU, deverá ser doado ao Poder Público Permitente com todos os seus itens utilizados na construção, sendo que enquanto durar a Permissão de uso do solo do DECK ao Permissionário, este deverá realizar manutenção do mesmo às suas expensas mantendo os itens construtivos em perfeito estado de conservação e limpeza.

3 - LOCAL, DATA, E HORÁRIO DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES

3.1. A abertura desta licitação ocorrerá no dia e hora marcados, indicados no Aviso do Edital, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº 01 - Propostas de Preços e nº 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro.

3.2 - Não será permitida a entrega de envelopes ou quaisquer outros documentos através de via postal, fax, e-mail e similares, exceto remessa de desistência de recurso administrativo.

4 – DO CREDENCIAMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 - O credenciamento far-se-á pelo próprio sócio (dirigente/proprietário) ou por meio de instrumento público ou particular de mandato, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame em nome do proponente, em ambos casos **se exigirá apresentação de cópia do Estatuto ou Contrato Social.**

4.1.1. A ausência de credenciamento não constituirá motivo de inabilitação do proponente ou desclassificação de sua proposta, também não o será, se o referido documento estiver inserido em quaisquer dos envelopes obrigatórios.

4.1.1.1. Na ausência do credenciamento, o proponente ficará sem representante perante a Comissão, não podendo fazer consignar em ata suas observações, rubricar documentos, ofertar lances, bem como praticar os demais atos de um mandatário, persistindo esta situação até que a exigência do credenciamento seja atendida.

4.2 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresas ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento estabelecido na Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IV.

4.3 – Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá ser apresentada declaração subscrita pelo seu representante legal de que a empresa não incorre em nenhuma das hipóteses previstas no § 4º, do artigo 3º, da Lei Complementar nº 123/06, conforme Anexo IV.

4.4. É vedada a participação:

- a) de interessados que se encontrarem em processo de falência, concurso de credores, dissolução; liquidação ou recuperação judicial ou extrajudicial;
- b) de interessados que tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou punidos com suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal.

5 – DA PROPOSTA DE PREÇO

5.1 - A Proposta de Preços deverá ser digitalizada ou impressa eletronicamente em papel com identificação da sociedade (s) empresária (s), em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente, a ser entregue em envelope devidamente fechado e rubricado no lacre, contendo, na parte externa e frontal, as indicações:

**CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU
ENVELOPE “01” – PROPOSTA DE PREÇOS
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

5.2 - Na Proposta de Preços deverá constar:

5.2.1. Declaração escrita da qual conste o valor ofertado como Outorga Inicial a ser pago pelo licitante, e que não poderá ser inferior ao valor mínimo determinado de **R\$ 109,55** (cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos), para fins de julgamento, com base na data de apresentação da proposta.

5.2.2. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de **60 (sessenta)** dias, a contar da data de abertura da mesma, para fins de julgamento e da assinatura da permissão.

5.2.3. O licitante não poderá apresentar mais de uma proposta.

5.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas que contiverem valores inferiores ao preço público mínimo estabelecido acima ou aquelas que ofertarem alternativas.

5.4. A apresentação da(s) proposta(s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus Anexos.

5.5. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

5.6. Todas as obrigações e responsabilidades descritas neste edital, deverão ter seus custos absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

6 - DA HABILITAÇÃO

6.1 - Para habilitação, deverá a sociedade (s) empresária (s) **vencedora** apresentar, no envelope nº 02 – Documentos de Habilitação, os documentos abaixo discriminados, em 1 (uma) via e em **cópias autenticadas**, obrigando-se a proponente a fornecer ao Pregoeiro os originais correspondentes em qualquer época que lhes forem solicitados.

6.1.1 – Os proponentes interessados na autenticação das cópias por funcionário da unidade que realiza a licitação deverão comparecer e solicitar a autenticação, **preferencialmente**, com no mínimo uma hora antes do início da sessão de abertura da licitação.

6.1.2 - Não serão aceitos protocolos nem documentos com prazo de validade vencido.

6.1.3 - Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, encadernados ou fixos em pasta própria e numerados, não devendo ser entregues soltos.

6.1.4 – Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será **de 60 (sessenta) dias** corridos contados a partir da data de emissão, exceto o comprovante de inscrição no CNPJ e Atestado de Capacidade Técnica.

6.1.5 - Os documentos necessários à HABILITAÇÃO deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

**CPL- COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU
ENVELOPE “02” – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA:
CNPJ:**

Os proponentes deverão apresentar:

6.2 – Documentos relativos à habilitação jurídica:

6.2.1 - Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

6.2.2 - Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

6.2.3 - Decreto de autorização, em se tratando de sociedade (s) empresária (s) ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

6.2.4 - Declaração subscrita pelo representante legal da proponente de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando, conforme Anexo VII:

6.2.4.1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

6.2.4.2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

6.2.4.3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;

6.2.4.4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9  da Lei Federal n  8.666/93 consolidada pela Lei Federal n  8.883/94.

6.2.4.5. E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2 , e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

6.2.5 - Declaração de atendimento   norma do inciso XXXIII do artigo 7  da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional n  20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos, conforme Anexo VI.

6.2.6 - Declaração expressa de que o proponente preenche plenamente os requisitos de habilitação, bem como tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos, conforme Anexo V.

6.3 – Documentos relativos à Regularidade Fiscal E TRABALHISTA:

6.3.1 - Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

6.3.2 - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e   D vida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

6.3.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

6.3.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

6.3.4.1. Nos Municípios em que não há emissão de Certidão Municipal Conjunta, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão negativa de tributos mobiliários quanto a de tributos imobiliários.

6.3.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

6.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1  de maio de 1943.

6.3.7 – Em se tratando de microempresas e empresas de pequeno porte, estas deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

6.3.7.1 – Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões

negativas ou positivas com efeito de negativa.

6.3.7.2 – A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no artigo 81, da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

6.4 – Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

6.4.1 - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício, já exigíveis e apresentados na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002, que comprovem a boa situação financeira da sociedade empresária, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. As sociedades empresariais com menos de um exercício financeiro, devem cumprir esta exigência mediante a apresentação do Balanço de abertura, ou do último balanço patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.1. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado, juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador.

6.4.1.2. As sociedades empresárias com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de Balanço de Abertura ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.

6.4.1.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e demonstrações contábeis assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado no art. 1078 da Lei Federal nº 10.406/2002.

6.4.1.4. Os documentos relativos ao subitem 6.4.1 deverão ser apresentados contendo assinatura do representante legal da sociedade empresária proponente e do seu contador, ou, mediante publicação no Órgão de Imprensa Oficial, devendo, neste caso, permitir a identificação do veículo e a data de sua publicação. A indicação do nome do contador e do número do seu registro no Conselho Regional de Contabilidade – CRC – são indispensáveis.

6.4.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores:

Liquidez Corrente (LC) expressado da forma seguinte:

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

LC maior ou igual a 1(um)

6.4.2.1. O item 6.4.2 é somente considerado para fins de Qualificação Econômico-Financeira da proponente. Uma vez habilitada, a maior ou menor pontuação obtida pela concorrente não terá qualquer influência na sua classificação final.

6.4.3. Certidão Cível Negativa, abrangendo Falência e Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida por distribuidor da sede do principal estabelecimento da pessoa jurídica na forma do que prescreve o artigo 3º, da Lei nº. 11.101/05.

6.4.3.1. Nas comarcas em que a Certidão emitida pelo cartório distribuidor não abranger os processos distribuídos no processo judicial eletrônico - PJE, o licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar tanto a certidão expedida pelo cartório distribuidor, quanto a certidão específica para processos judiciais eletrônicos.

6.4.4. No caso da empresa apresentar índice contábil de Liquidez Corrente menor que 1(um), porém positivo, é exigida obrigatoriamente a comprovação de possuir Capital Social integralizado de no mínimo 10% (dez inteiros por cento) do valor estimado da Contratação, exigência esta prevista nos parágrafos 2º e 3º, do art. 31 da Lei 8.666/93, e devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, e/ou através da apresentação do balanço Patrimonial do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da Lei Federal nº 6.404/76 e Lei Federal nº 10.406/2002.

6.5 – Documentos relativos à qualificação técnica:

6.5.1. Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação através da apresentação de pelo menos 1 (um) atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a aptidão para desempenho a contento de objeto semelhante.

6.5.2. Declaração de que possui estabelecimento comercial do tipo bar, restaurante e similar em seu nome localizado na Galeria Azarias Vilela, sendo obrigatório apresentar junto à declaração o Alvará de Localização do estabelecimento.

6.5.3. Declaração de que se compromete a pagar os valores do Preço Público anual relacionado no item I do item 5.2 do Termo de Referência em cada exercício em que perdurar a Permissão, conforme Anexo IX.

Obs.: Somente estarão aptos à participação no certame aqueles que possuírem estabelecimento comercial do tipo bar, restaurante e similar em seu nome na data da licitação e tais estabelecimentos devem estar localizados na Galeria Azarias Vilela onde se encontra o Deck em questão. A localização e respectivo alvará serão verificados por funcionário competente da SAU.

6.6 - Não tendo a sociedade (s) empresária (s) classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade (s) empresária (s) seguinte na ordem de classificação.

6.7 - A documentação, na fase pertinente, será rubricada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e pelos representantes legais presentes e após examinada será anexada ao processo desta licitação, sendo inabilitados aqueles proponentes cuja documentação apresente irregularidades.

6.8 - A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.3 e 6.4.1, poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do Art. 32 da Lei nº 8.666/93, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; conforme Decreto 7.654 de 06 de dezembro de 2002; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

6.9 – Todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar em nome do licitante, com o número do CNPJ e, preferencialmente, com endereço respectivo, devendo ser observado o seguinte (condição válida, também, para pagamento dos serviços, se for o caso):

6.9.1. se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com seu CNPJ, ou;

6.9.2. se o licitante for a filial, todos os documentos deverão ser apresentados em seu nome e de acordo com o número do CNPJ da filial, exceto quanto   certidão Negativa de Débito junto ao INSS, por constar no próprio documento que   válido para matriz e filiais, Certidão de Débito relativo aos Tributos Federais e   D vida Ativa da União e CNDT;

6.9.3. se o licitante for a matriz e o fornecedor do bem ou prestadora dos serviços for a filial, os documentos deverão ser apresentados com o número de CNPJ da matriz e da filial, simultaneamente;

6.9.4. serão dispensados da apresentação de documentos com o número do CNPJ da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

6.9.5. o não atendimento de qualquer exigência ou condição deste, item, implicará na inabilitação do licitante.

7– DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

7.1 - Aberta a Sessão, os interessados, ou seus representantes legais, entregarão ao Pregoeiro, devidamente lacrados, os envelopes n  01 e n  02.

7.2 - Em nenhuma hipótese serão recebidas documentação e proposta fora do prazo estabelecido neste Edital.

7.3 - Serão abertos, pelo Pregoeiro, todos os envelopes contendo as propostas de preços, ocasião em que se procederá a verificação da sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

7.4 - No curso da Sessão, o Pregoeiro classificar  o autor da proposta de **maior oferta** e, subsequentemente, as que contenham valores até 10% (dez por cento) inferiores da de maior oferta.

7.5 - Não havendo, pelo menos 03 (três) propostas de preços escritas, nas condições fixadas no item anterior, o Pregoeiro classificar , dentre os presentes, até o máximo de 03 (três), número que poderá ser ampliado em caso de empate, as melhores propostas subsequentes, para que seus autores participem de lances verbais quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.6 - Para oferta de lances, o Pregoeiro convidará, individualmente, os proponentes classificados, a partir do autor da proposta de **menor oferta**, e as demais, em ordem crescente de valor.

7.7 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do proponente desta fase do certame, caso em que valerá para o julgamento o valor da proposta escrita.

7.8 - O encerramento da etapa competitiva dar-se-  quando, indagados pelo Pregoeiro, os proponentes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

7.9 - Dos lances ofertados não caberá retratação.

7.10 – Caso não se realizem lances verbais, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1  (primeiro) lugar, QUANTO AO OBJETO E VALOR, e uma vez aceita a proposta dará sequência ao procedimento para análise do atendimento às condições de habilitação.

7.11 - Após a etapa anterior, o Pregoeiro procederá à abertura do envelope contendo os documentos de "HABILITAÇÃO" do proponente que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições de habilitação fixadas no item "6" deste Edital.

7.12 - Caso o proponente classificado em 1º (primeiro) lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim, sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

7.13 - Verificado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, o proponente será declarado vencedor.

7.14 - Em qualquer das hipóteses anteriores, ainda poderá o Pregoeiro negociar, diretamente, com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.15 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os proponentes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos proponentes, na forma do art. 48, § 3º da Lei n.º 8.666/93, prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

7.16 - Qualquer proponente, desde que presente ou devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido **prazo de 03 (três) dias** para apresentação das razões do recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

7.16.1 - Os recursos deverão ser entregues na Comissão Permanente de Licitação, em duas vias, sendo dado recibo em uma delas.

7.16.2 - Os recursos serão dirigidos ao Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por intermédio do pregoeiro, que os receberá e encaminhará devidamente instruído.

7.17- Decorrido o prazo de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão Permanente de Licitação remeterá o processo ao dirigente da unidade requisitante, para homologação e adjudicação do objeto.

7.18 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

7.19 - A falta de manifestação imediata e motivada do proponente em interpor recurso, na Sessão, importará na DECADÊNCIA do direito e na continuidade do certame pelo Pregoeiro, atendendo às regras e condições fixadas no Edital, opinando pela adjudicação do objeto da licitação ao proponente vencedor.

7.20 - Da Sessão Pública será lavrada ata circunstanciada, assinada pelo Pregoeiro, pela Equipe de Apoio e por todos os proponentes presentes.

7.21 – É facultado ao Pregoeiro no curso do procedimento sanear falhas, fazer complementação de insuficiências ou ainda, realizar correções de caráter formal.

7.22 – Por força dos artigos 44 e 45, da Lei Complementar nº 123/06, será observado:

7.22.1 – Como critério de desempate, será assegurada preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 05% (cinco por cento) superiores à melhor proposta classificada;

7.22.2 –A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar novo lance no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento da fase de lances, sob pena de preclusão;

7.22.3 – O novo lance que porventura for manifestado respeitando o item anterior deverá ser inferior àquele considerado vencedor do certame, situação em que o objeto será adjudicado em favor da detentora deste novo lance, ou seja, a microempresa ou empresa de pequeno porte que tiver exercido seu direito nos termos do inciso I do artigo 45 da Lei Complementar n  123/06;

7.22.4 – Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as ME's ou EPP's remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.22.5 – No caso de equivalência de valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrem enquadradas no disposto no subitem 7.22.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;

7.22.6 – Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.22.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

7.22.7 – O procedimento previsto no item 7.23 somente será aplicado quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte. Nesse caso, em havendo empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se- , obrigatoriamente, por sorteio.

7.23. Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo expurgados.

8 - DOS CRÊTERIOS DE JULGAMENTO

8.1 - Será considerada vencedora a proposta de **MAIOR OFERTA, de acordo com especificado** neste Edital.

8.2 - O objeto deste PREGÃO será adjudicado ao proponente cuja proposta seja considerada vencedora e que atenda as condições de habilitação.

8.3 - Se duas ou mais propostas, em absoluta igualdade de condições, ficarem empatadas, a classificação far-se- , **OBRIGATORIAMENTE**, por **SORTEIO**, em ato público, na própria sessão, conforme disposto na Lei n.  8.666/93, ressalvada a observância da Lei Complementar n  123/06, quando for o caso.

9 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o proponente que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o **2  (segundo)** dia útil que anteceder a data de realização do Pregão. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

9.2. Decairá também do direito de impugnar, perante a Administração, os termos deste edital, aquela que, tendo-o aceito sem objeção, vier a apontar depois da abertura dos envelopes de proposta ou habilitação, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese que não será aceita como recurso.

9.3 - A impugnação feita tempestivamente pela proponente não a impedir  de participar do processo licitatório, ao menos até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente. Acolhida a petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame, se for o caso, sendo corrigido o ato convocatório.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E ASSINATURA

10.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto   interposição de recurso, o Pregoeiro opinar  pela adjudicação do objeto licitado, o que posteriormente será submetido à autoridade competente.

10.2- A autoridade competente homologará o resultado da licitação ao vencedor do certame, convocando o adjudicatário a assinar o Contrato dentro do prazo de no máximo 10 (dez) dias consecutivos, a contar da data em que o mesmo for convocado para fazê-lo junto a Unidade Requisitante.

10.3 - A Administração poderá, quando o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar situação regular ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidar os demais proponentes classificados, seguindo a ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, ou revogar a licitação independentemente da cominação do Art. 81 da Lei Federal 8.666/93.

10.4 - Decorrido o prazo do item 10.3, dentro do prazo de validade da proposta, e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato, será ele havido como desistente, ficando sujeito às seguintes sanções, aplicáveis isolada ou conjuntamente:

10.4.1- Multa de 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta;

10.4.2 - Impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.4.3 - A multa de que trata o item 10.4.1 deverá ser recolhida no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão administrativa que a tenha aplicado, garantida a defesa prévia do interessado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11 – DA VIGÊNCIA E DO PAGAMENTO

11.1. VIGÊNCIA

11.1.1. A vigência da permissão será de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Permissão, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja conveniência, caso contrário a permissão de uso será rescindida, sem direito a qualquer tipo de indenização por parte do permissionário.

11.1.2. O objeto da Permissão poderá ser utilizado pelo vencedor do certame assim que o Município emitir e publicar Decreto para tal em seu favor.

11.2. DO PAGAMENTO

11.2.1. O pagamento da Outorga Inicial deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, no valor ofertado, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

11.2.2. O pagamento de Preço Público anual deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, anualmente, até o dia 31 (trinta e um) de outubro de cada ano enquanto estiver vigente a Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

11.2.3. Em 2018 o valor do Preço Público a ser pago será calculado proporcionalmente à quantidade de meses do ano em que a Permissão tiver validade, ou seja, a partir da data de publicação do Termo de Permissão serão calculados quantos meses de permissão existirão até 31 de dezembro de 2018 e o valor do DAM será proporcional a quantidade de meses, sendo considerado um mês completo para efeito dos cálculos apenas aqueles dentro da vigência da Permissão em 2018 em que se tenha mais de 15 (quinze) dias de vigência.

12 – DAS PENALIDADES, EXTINÇÃO E SUSPENSÃO

12.1- Os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

12.2. Após o devido processo legal, as penalidades são aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

12.3. Entende-se por autoridade competente a Secretaria de Atividades Urbanas - SAU

12.4. Da aplicação das penalidades definidas nas alíneas “a” e “b” do item 12.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

12.4.1. Da aplicação da penalidade definida na alínea “c” do item 12.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

12.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora do processo, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12.6 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas ilícitas será de competência da autoridade gestora, nos termos do   3 , do art. 87, da Lei n  8.666/93.

12.7. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

12.7.1. A Permissão de Uso poderá ser extinta mediante revogação por ato unilateral e escrito do Prefeito sem que caiba ao Permissionário direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) atraso ou interrupção injustificada e superior a 30 (trinta) dias corridos, das atividades;
- b) atraso no pagamento mensal por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias corridos;
- c) se o total das multas, no período contratual, exceder a 50% (cinquenta por cento) da média global dos contratos de Permissão atualmente em vigor;
- d) se o Permissionário receber mais de 08 (oito) advertências na vigência da permissão;
- e) descumprimento de qualquer das demais obrigações estabelecidas no presente instrumento;
- f) demais hipóteses arroladas no art. 78 da Lei n  8666/93;
- g) amigável por acordo entre as partes, por interesse da Administração ou por desistência do Permissionário, reduzida a termo no processo de licitação.

12.7.2. A revogação por ato unilateral ou a rescisão amigável do Termo de Permissão será formalizada por escrito, e devidamente fundamentada.

12.8. DA SUSPENÇÃO

12.8.1. A suspensão da Permissão de Uso será aplicada quando o permissionário cometer uma das seguintes infrações:

12.8.1.1. deixar de pagar o preço público devido em razão do exercício da atividade e utilização do

espaço público;

12.8.1.2. jogar lixo ou detritos, provenientes de seu comércio, ou de outra origem nas vias e logradouros públicos;

12.8.1.3. deixar de destinar os resíduos líquidos em caixas de armazenamento e, posteriormente, descartá-los na rede de esgoto;

12.8.1.4. utilizar na via ou área pública quaisquer elementos que caracterizem o isolamento do local de manipulação e comercialização;

12.8.1.5. não manter o local em perfeito estado de conservação e higiene, bem como deixar de providenciar os consertos que se fizerem necessários;

12.8.1.6. descumprir as ordens emanadas das autoridades municipais competentes;

12.8.1.7. apregoar suas atividades através de qualquer meio de divulgação sonora;

12.8.1.8. efetuar alterações físicas nas vias e logradouros públicos;

12.8.2. A suspensão será por prazo variável entre 1 (um) e 360 (trezentos e sessenta) dias em função da gravidade da infração.

12.8.3. Será aplicada a pena de suspensão das atividades em caso de reincidência das infrações punidas com multa.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. Constituem obrigações da Permitente:

13.1.1. Supervisionar a utilização do espaço público.

13.1.2. Fazer cumprir as normas do Termo de Permissão de Uso.

13.2. Da Permissionária:

13.2.1. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

13.2.2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar durante a prestação dos serviços;

13.2.3. Apresentar a Secretaria de Atividades Urbanas, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

13.2.4. Usar a área cedida conforme o estabelecido no Termo de Permissão de Uso e não podendo mudar sua destinação.

13.2.5. Respeitar as normas legais e regulamentares relativas ao objeto da permissão.

13.2.6. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à SAU sempre que lhe forem solicitadas.

13.2.7. Cumprir as normas relativas à legislação ambiental e sanitária em vigor, providenciando anualmente o alvará sanitário.

13.2.8. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à Legislação pertinente.

13.2.9. Arcar com todos os ônus fiscais, trabalhistas e demais encargos incidentes sobre a atividade, respeitando e fazendo respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente às atinentes à segurança e medicina do trabalho.

13.2.10. Zelar pela disciplina de seus empregados, tratando a clientela com urbanidade e atenção, e mantendo irrepreensível postura, discrição e polidez no trato com o público.

13.2.11. Manter seus empregados devidamente identificados através de crachá, uniformizados (devendo ser renovados conforme a necessidade) e em perfeitas condições de higiene e saúde.

13.2.12. Manter durante toda a execução do Termo de Permissão em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

14.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

14.3 - O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e representantes dos proponentes.

14.4 - Recomenda-se aos proponentes que estejam no local marcado, com antecedência de 30 (trinta) minutos do horário previsto.

14.5 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a CPL/PJF através do e-mail: pregaopresencial@pjf.mg.gov.br ou pelo fax (32)3690-8184, nos dias úteis no horário das 15 às 17 horas.

14.6 - O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

14.7 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.8 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela CPL/PJF obedecida a legislação vigente.

14.9 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital.

14.10 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

15.11- Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

Anexo I – Termo de Referência e Valor Estimado.

Anexo II – Modelo de Credenciamento.

Anexo III – Modelo da Proposta Comercial.

Anexo IV - Modelo de Declaração de Microempresa (ME) ou de Empresa de Pequeno Porte (EPP).

Anexo V - Modelo de Declaração de Habilitação e Pleno Conhecimento.

Anexo VI - Modelo de Declaração de Empregador Pessoa Jurídica.

Anexo VII – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo.

Anexo VIII – Minuta de Contrato de Permissão.

Anexo IX - Modelo de Declaração de compromisso de pagamento.

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E VALOR ESTIMADO

1. SETOR REQUISITANTE

1.1. SAU - SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS.

2. OBJETO

2.1. A presente licitação tem por objeto a realização de Processo seletivo público para a **Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck**, situado na Galeria Azarias Vilela, a ser dada pela SAU - Secretaria de Atividades Urbanas de acordo com as especificações, quantidades e condições previstas neste Termo.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. A licitação visa atender à adequada utilização do espaço público em questão com a utilização por estabelecimento que se interessar ao atendimento de seus clientes em mesas e cadeiras a serem dispostas no espaço em questão.

3.2. O preço público para permissão de uso do solo público no município de Juiz de Fora para colocação de mesas e cadeiras é dado pelo Anexo Único do Decreto 7426/02 e tem seus valores fixados para pagamento mensal ou anual de acordo com o zoneamento e a quantidade de conjuntos de mesas e cadeiras a serem utilizados, como segue:

TIPO DE PERMISSÃO DE USO	MESA EM TORNO DE BAR			
	CONJ. C/ 4 CAD.		CONJ. C/ 2 CAD.	
UNIDADE/CÁLCULO	R\$/CONJ.		R\$/CONJ.	
ZONEAMENTO	MÊS	ANO	MÊS	ANO
ZCI, ZCII, ZCIV	27,39	219,10	20,81	164,33
ZCIII, ZCV VIA ESPECIAL ZUM I, CORR. DE ZRII	15,53	142,42	13,15	107,36
ZCV,ZRI, ZRII, ZRIII CORR. ZUMII,CORR. DEMAIS UT'S	10,96	87,64	7,67	65,73
ZRIII, DEMAIS Uts.	6,57	54,78	5,48	41,63

3.3. Cabe esclarecer que, existem atualmente no município, espaços públicos sendo utilizados por particulares para colocação de mesas e cadeiras e estes possuem para tal permissão dada pelo município que foram emitidas em favor dos particulares interessados por Decreto.

Tais particulares pagam ao município, anualmente o valor do preço público, fixado no anexo único do Decreto 7426/02. E este é o único valor pago pelos particulares e recebido pela Prefeitura de Juiz de Fora.

Ressaltamos, que o município apenas como forma de contrapartida à utilização do espaço público com mesas e cadeiras recebe o valor do preço público determinado pelo anexo único do Decreto 7426/02.

Isto posto, propomos a realização de procedimento licitatório para outorga de permissão de uso do solo público por particulares para colocação de mesas e cadeiras no ponto previamente determinado.

Tal procedimento deverá garantir ao município o recebimento dos valores do preço público para permissão de uso do solo público, a serem pagos mensalmente ou uma vez por ano na forma do anexo único do Decreto 7426/02, por aquele que vier a vencer a licitação e obtiver sua permissão.

4. ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS ITENS DO OBJETO, OUTORGA INICIAL MÍNIMA

4.1. Os valores mínimos para Outorga inicial estão determinados na tabela a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	UN.	VALOR MÍNIMO OUTORGA
01	Outorga inicial para Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck Local: Galeria Azarias Vilela Área: 40,10m²	01	UN	R\$ 109,55

4.2. O Permissionário fica obrigado a construir às suas expensas, DECK no local destinado à colocação das mesas e cadeiras, devendo apresentar à SAU em no máximo 15 dias após publicação do resultado do certame, projeto detalhado inclusive com Memorial descritivo para tal construção, observando em tal projeto os itens construtivos conforme croqui constante do ANEXO A do presente Termo de Referência.

4.3. A construção do DECK deverá ser finalizada em no máximo 30 (trinta) dias após a aprovação pela SAU do projeto elaborado pelo Permissionário.

4.4. O DECK construído e tendo tido sua confecção aprovada pela SAU, deverá ser doado ao Poder Público com todos os seus itens utilizados na construção, sendo que enquanto durar a Permissão de uso do solo do DECK ao Permissionário, este deverá realizar manutenção do mesmo às suas expensas mantendo os itens construtivos em perfeito estado de conservação e limpeza.

5. PREÇO PÚBLICO

5.1. Será cobrado do Permissionário:

I - anualmente, o Preço Público previsto no Decreto 7426/02 específico de outorga de permissão de uso. Tais valores são atualizados anualmente pela Secretaria de Fazenda do Município.

5.2. Para o local objeto da Permissão o valor do Preço Público atualmente vigente (em 2018) é:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ANUAL PREÇO PÚBLICO
01	Outorga inicial para Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck Local: Galeria Azarias Vilela (Conf.. ANEXO A) Área: 40,10 m²	R\$ 1.314,64

6. HABILITAÇÃO / CRITÉRIO PARA PROPOSTA / SANÇÃO

6.1. As exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas e sanções por inadimplemento serão aquelas previstas no edital, nos termos da Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente na Lei nº 8.666/1993.

6.2. Somente estarão aptos à participação no certame aqueles que possuírem estabelecimento comercial do tipo bar, restaurante e similar em seu nome na data da licitação e tais estabelecimentos devem estar localizados na Galeria Azarias Vilela onde se encontra o Deck em questão. Para tanto o interessado deverá emitir declaração de que possui estabelecimento anexando o Alvará de Localização do mesmo e tal informação será verificada por funcionário competente da SAU no momento da abertura do envelope de Habilitação onde tal declaração deverá estar contida.

6.3. Os interessados em participar do processo seletivo em questão, deverão apresentar declaração de que se comprometem a pagar os valores do Preço Público anual relacionado no item I do item 5.2 deste Termo de Referência em cada exercício em que perdurar a Permissão.

6.4. O vencedor do processo seletivo em questão deverá para o valor da Outorga Inicial vencedora do certame quando lhe for apresentado o DAM.

6.5. Deverá ser respeitado como critério de competição entre os interessados o seguinte:

6.5.1. Outorga inicial ofertada que deverá ser de no mínimo o valor de R\$ 109,55 (cento e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

6.6. Os interessados em participar do processo seletivo em questão deverão apresentar proposta indicando o valor ofertado como Outorga Inicial, sendo o valor mínimo de 109,55.

7. DA VIGÊNCIA DA PERMISSÃO E DO PAGAMENTO

7.1. A vigência da permissão será de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Permissão, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja conveniência, caso contrário a permissão de uso será rescindida, sem direito a qualquer tipo de indenização por parte do permissionário.

7.2. O pagamento da Outorga Inicial deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, no valor ofertado, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

7.3. O pagamento de Preço Público anual deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, anualmente, até o dia 31 (trinta e um) de outubro de cada ano enquanto estiver vigente a Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

7.4. Em 2018 o valor do Preço Público a ser pago será calculado proporcionalmente à quantidade de meses do ano em que a Permissão tiver validade, ou seja, a partir da data de publicação do Termo de Permissão serão calculados quantos meses de permissão existirão até 31 de dezembro de 2018 e o valor do DAM será proporcional a quantidade de meses, sendo considerado um mês completo para efeito dos cálculos apenas aqueles dentro da vigência da Permissão em 2018 em que se tenha mais de 15 (quinze) dias de vigência.

8. DA ENTREGA

8.1. O objeto da Permissão poderá ser utilizado pelo vencedor do certame assim que o Município emitir e publicar Decreto para tal em seu favor.

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO II

MODELO DE CREDENCIAMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo (a) Sr(a), portador da cédula de identidade RG
....., residente e domiciliado na, inscrito no CPF sob o nº
....., detentor de amplos poderes para nomeação de representante para que lhe
faça as vezes para fins licitatórios, confere-os à, portador da cédula de
identidade RG, e inscrito no CPF sob o nº, com o fim específico
de representar a outorgante perante Prefeitura de Juiz de Fora, no Pregão Presencial nº 313/2018, podendo
assim retirar editais, propor seu credenciamento e oferta em lances verbais em nome da representada, e
ainda assinar atas, contratos de fornecimento de materiais ou prestação de serviços, firmar compromissos,
enfim, todos aqueles atos que se fizerem necessários para o bom e fiel cumprimento do presente mandato.

_____, ____ de _____ de _____.

Outorgante (reconhecer firma)

Outorgado

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO III

MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À
Prefeitura de Juiz de Fora
A/C: Sr. Pregoeiro
Prezado Senhor,

A sociedade (s) empresária (s), com sede na Rua/Av., inscrita no CNPJ sob o nº, abaixo assinada por seu representante legal, interessada na obtenção da permissão de uso objeto do Pregão Presencial nº 313/2018, **INDICA O VALOR DA OUTORGA INICIAL** a que se propõe pagar pela utilização da área objeto da Permissão de R\$ (.....).

- Validade da proposta:
- Declaramos que estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, fretes, impostos, obrigações, entre outros.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

Carimbo do CNPJ

--

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP)

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº, por intermédio de seu representante legal Sr.(a), portador do Documento de Identidade nº, inscrito no CPF sob o nº DECLARA, sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como **(incluir a condição da empresa: Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP))**, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e 2006 e Lei Municipal nº 12.211/2011 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º deste artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 a 49 da citada lei.

() Declaramos possuir restrição fiscal no(s) documento(s) de habilitação e pretendemos utilizar o prazo previsto no art. 43, § 1º da Lei Complementar nº. 123/06, para regularização, estando ciente que, do contrário, decairá o direito à contratação, estando sujeita às sanções previstas no art. 81 da Lei Federal nº 8.666/93.

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PLENO CONHECIMENTO

A empresa, inscrita no CNPJ sob nº,
sediada na, cidade de, estado, telefone(s)
....., e-mail para contato, neste ato
representada pelo(a) Sr(a), portador da Carteira de Identidade nº
e do CPF nº, declara, sob as penas da Lei, que preenche plenamente os requisitos de
habilitação estabelecidos no presente Edital do Pregão Presencial nº 313/2018, assim como tem pleno
conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO DE EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, **DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição da República**, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de
dezesesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO PRESENCIAL n  313/2018 - SAU

ANEXO VII - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

(Nome da empresa), sediada (endereço completo), inscrita no CNPJ/MF sob o n , por intermédio do seu representante legal o Sr.(a), portador da Carteira de Identidade n  e do CPF n , **DECLARA**, sob as penas da lei, que não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

- 1 - Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- 2 - Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- 3 - Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- 4 - Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas no art. 9  da Lei Federal n  8.666/93 consolidada pela Lei Federal n  8.883/94.

E que, se responsabiliza pela veracidade e autenticidade dos documentos oferecidos, comprometendo-se a comunicar a PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA a ocorrência de quaisquer fatos supervenientes impeditivos da habilitação, ou que comprometam a idoneidade da proponente, nos termos do artigo 32, parágrafo 2 , e do artigo 97 da Lei 8.666/93, e suas alterações.

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO VIII - MINUTA DE TERMO DE PERMISSÃO

TERMO DE COMPROMISSO E RESPONSABILIDADE QUE FIRMAM DE UM LADO, A SECRETARIA DE ATIVIDADES URBANAS - SAU E, DE OUTRO,

O Município de Juiz de Fora – MG, inscrito no CNPJ nº, com sede na, Juiz de Fora/MG, Cep nº, neste ato representado por seu Secretário, CPF nº, doravante denominado simplesmente **PERMITENTE** e a, estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada simplesmente **Permissionário(a)**, considerando o resultado do **Pregão Presencial nº 313/2018**, em conformidade com o processo administrativo nº **07121/2018**, firmam o presente Termo de Permissão de Uso, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e Lei nº 8.987/1995 e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DAS ESPECIFICAÇÕES

1.1 – É objeto deste instrumento **Permissão de Uso de Solo Público para Colocação de 8 (oito) Mesas com 2 (duas) Cadeiras em cada mesa em Espaço Público - Deck**, situado na Galeria Azarias Vilela, a ser dada pela SAU - Secretaria de Atividades Urbanas, conforme especificações constantes do Anexo I edital do Pregão Presencial nº 313/2018, o qual integra este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. O Permissionário fica obrigado a construir às suas expensas, DECK no local destinado à colocação das mesas e cadeiras, devendo apresentar à SAU em no máximo 15 dias após publicação do resultado do certame, projeto detalhado inclusive com Memorial descritivo para tal construção, observando em tal projeto os itens construtivos conforme croqui constante do ANEXO A do presente Termo de Referência.

1.3. A construção do DECK deverá ser finalizada em no máximo 30 (trinta) dias após a aprovação pela SAU do projeto elaborado pelo Permissionário.

1.4. O DECK construído e tendo tido sua confecção aprovada pela SAU, deverá ser doado ao Poder Público Permitente com todos os seus itens utilizados na construção, sendo que enquanto durar a Permissão de uso do solo do DECK ao Permissionário, este deverá realizar manutenção do mesmo às suas expensas mantendo os itens construtivos em perfeito estado de conservação e limpeza.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1. O pagamento da Outorga Inicial deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, no valor ofertado, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do Termo de Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

2.2. O pagamento de Preço Público anual deverá ser feito pelo proponente vencedor do certame, anualmente, até o dia 31 (trinta e um) de outubro de cada ano enquanto estiver vigente a Permissão, através de DAM a ser emitido pelo DLAU/SAU.

2.3. Em 2018 o valor do Preço Público a ser pago será calculado proporcionalmente à quantidade de meses do ano em que a Permissão tiver validade, ou seja, a partir da data de publicação do Termo de Permissão serão calculados quantos meses de permissão existirão até 31 de dezembro de 2018 e o valor do DAM será proporcional a quantidade de meses, sendo considerado um mês completo para efeito dos

cálculos apenas aqueles dentro da vigência da Permissão em 2018 em que se tenha mais de 15 (quinze) dias de vigência.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA DA PERMISSÃO

3.1. A vigência da permissão será de 5 (cinco) anos, contados a partir da assinatura do Termo de Permissão, podendo ser prorrogada por igual período, desde que haja conveniência, caso contrário a permissão de uso será rescindida, sem direito a qualquer tipo de indenização por parte do permissionário.

3.2. O objeto da Permissão poderá ser utilizado pelo permissionário assim que o Município emitir e publicar Decreto para tal em seu favor.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1. Constituem obrigações da Permitente:

4.1.1. Supervisionar a utilização do espaço público.

4.1.2. Fazer cumprir as normas do Termo de Permissão de Uso.

4.2. Da Permissionária:

4.2.1. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do serviço;

4.2.2. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos que vier causar durante a prestação dos serviços;

4.2.3. Apresentar a Secretaria de Atividades Urbanas, sempre que solicitado, comprovação do cumprimento das obrigações tributárias e sociais legalmente exigidas;

4.2.4. Usar a área cedida conforme o estabelecido no Termo de Permissão de Uso e não podendo mudar sua destinação.

4.2.5. Respeitar as normas legais e regulamentares relativas ao objeto da permissão.

4.2.6. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos à SAU sempre que lhe forem solicitadas.

4.2.7. Cumprir as normas relativas à legislação ambiental e sanitária em vigor, providenciando anualmente o alvará sanitário.

4.2.8. Comercializar exclusivamente produtos lícitos e em rigorosa obediência à Legislação pertinente.

4.2.9. Arcar com todos os ônus fiscais, trabalhistas e demais encargos incidentes sobre a atividade, respeitando e fazendo respeitar as normas legais e regulamentares aplicáveis, especialmente às atinentes à segurança e medicina do trabalho.

4.2.10. Zelar pela disciplina de seus empregados, tratando a clientela com urbanidade e atenção, e mantendo irrepreensível postura, discrição e polidez no trato com o público.

4.2.11. Manter seus empregados devidamente identificados através de crachá, uniformizados (devendo ser renovados conforme a necessidade) e em perfeitas condições de higiene e saúde.

4.2.12. Manter durante toda a execução do Termo de Permissão em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA – ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS ITENS DO OBJETO

5.1. O Permissionário fica obrigado a construir às suas expensas, DECK no local destinado à colocação das mesas e cadeiras, devendo apresentar   SAU em no máximo 15 dias após publicação do resultado do certame, projeto detalhado inclusive com Memorial descritivo para tal construção, observando em tal projeto os itens construtivos conforme croqui constante do ANEXO A do Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial n  313/2018.

5.2. A construção do DECK deverá ser finalizada em no máximo 30 (trinta) dias após a aprovação pela SAU do projeto elaborado pelo Permissionário.

5.3. O DECK construído e tendo tido sua confecção aprovada pela SAU, deverá ser doado ao Poder Público Permitente com todos os seus itens utilizados na construção, sendo que enquanto durar a Permissão de uso do solo do DECK ao Permissionário, este deverá realizar manutenção do mesmo às suas expensas mantendo os itens construtivos em perfeito estado de conservação e limpeza.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES, EXTINÇÃO E SUSPENSÃO

6.1- Os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com o Município, no prazo de até 02 (dois) anos;
- c) declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultando ao contratado o pedido de reconsideração da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

6.2. Após o devido processo legal, as penalidades são aplicadas pela autoridade competente que deverá comunicar a Comissão Permanente de Licitação todas as ocorrências para fins de cadastramento e demais providências.

6.3. Entende-se por autoridade competente a Secretaria de Atividades Urbanas - SAU

6.4. Da aplicação das penalidades definidas nas  lneas “a” e “b” do item 6.1, caberá recurso no prazo de (cinco) dias úteis, contados da intimação.

6.4.1. Da aplicação da penalidade definida na  lnea “c” do item 6.1, caberá pedido de reconsideração no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da intimação.

6.5. O recurso ou pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido à autoridade gestora do processo, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

6.6 - A aplicação de penalidades previstas para os casos de inexecução do objeto, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado, inadimplemento contratual e demais condutas  citas será de competência da autoridade gestora, nos termos do   3 , do art. 87, da Lei n  8.666/93.

6.7. DA EXTINÇÃO DA PERMISSÃO

6.7.1. A Permissão de Uso poderá ser extinta mediante revogação por ato unilateral e escrito do Prefeito sem que caiba ao Permissionário direito a qualquer indenização, nos seguintes casos:

- a) atraso ou interrupção injustificada e superior a 30 (trinta) dias corridos, das atividades;
- b) atraso no pagamento mensal por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias corridos;
- c) se o total das multas, no período contratual, exceder a 50% (cinquenta por cento) da média global dos contratos de Permissão atualmente em vigor;
- d) se o Permissionário receber mais de 08 (oito) advertências na vigência da permissão;
- e) descumprimento de qualquer das demais obrigações estabelecidas no presente instrumento;
- f) demais hipóteses arroladas no art. 78 da Lei nº 8666/93;
- g) amigável por acordo entre as partes, por interesse da Administração ou por desistência do Permissionário, reduzida a termo no processo de licitação.

6.7.2. A revogação por ato unilateral ou a rescisão amigável do Termo de Permissão será formalizada por escrito, e devidamente fundamentada.

6.8. DA SUSPENÇÃO

6.8.1. A suspensão da Permissão de Uso será aplicada quando o permissionário cometer uma das seguintes infrações:

6.8.1.1. deixar de pagar o preço público devido em razão do exercício da atividade e utilização do espaço público;

6.8.1.2. jogar lixo ou detritos, provenientes de seu comércio, ou de outra origem nas vias e logradouros públicos;

6.8.1.3. deixar de destinar os resíduos líquidos em caixas de armazenamento e, posteriormente, descartá-los na rede de esgoto;

6.8.1.4. utilizar na via ou área pública quaisquer elementos que caracterizem o isolamento do local de manipulação e comercialização;

6.8.1.5. não manter o local em perfeito estado de conservação e higiene, bem como deixar de providenciar os consertos que se fizerem necessários;

6.8.1.6. descumprir as ordens emanadas das autoridades municipais competentes;

6.8.1.7. apregoar suas atividades através de qualquer meio de divulgação sonora;

6.8.1.8. efetuar alterações físicas nas vias e logradouros públicos;

6.8.2. A suspensão será por prazo variável entre 1 (um) e 360 (trezentos e sessenta) dias em função da gravidade da infração.

6.8.3. Será aplicada a pena de suspensão das atividades em caso de reincidência das infrações punidas com multa.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

7.1. A Permissionária declara, expressamente, que tem pleno conhecimento do objeto da permissão.

7.2. O risco do negócio é de responsabilidade total da permissionária.

7.3. O Permitente não se responsabiliza pela realização de obras na área objeto desta permissão de uso ou pela aquisição de quaisquer equipamentos e mobiliário.

7.4. O Permitente não se responsabiliza por qualquer débito assumido pelos usuários do empreendimento.

7.5. Qualquer tolerância do Permitente, quanto a eventuais infrações contratuais, não implicará renúncia a direitos e não pode ser entendida como aceitação, novação ou precedente.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

8.1. Para as questões decorrentes deste ajuste, fica eleito o foro da Comarca de Juiz de Fora - MG, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, nos termos do § 2º, do art. 55, do Estatuto das Licitações.

Por estarem justas e de acordo, para a firmeza e validade do que ficou estipulado, lavrou-se o presente, registrado na Secretaria de Atividades Urbanas, que lido e achado conforme, é assinado pelas partes e testemunhas abaixo para que possa vir a surtir os seus jurídicos e legais efeitos.

Juiz de Fora, de de 2018.

SECRETÁRIO DE ATIVIDADES URBANAS

PERMISSIONÁRIA
Representante Legal

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

PREGÃO PRESENCIAL nº 313/2018 - SAU

ANEXO IX

MODELO DE DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE PAGAMENTO

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador da Carteira de Identidade nº
..... e do CPF nº, DECLARA, sob as penas da Lei, em
cumprimento ao estabelecido no Edital do Pregão Presencial nº 313/2018, de que se compromete a pagar
os valores do Preço Público anual relacionado no item I do item 5.2 do Termo de Referência em cada
exercício em que perdurar a Permissão.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

.....
(local e data)

.....
Assinatura, qualificação e carimbo
(representante legal)

- Declaração a ser emitida em papel timbrado, de forma que identifique a proponente.